

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores Expressos Em Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		207.171.684	181.173.184	212.043.850	185.210.920
Disponível	4g / 5	3.743.178	16.332.354	3.868.443	18.080.562
Realizável		203.428.506	164.840.830	208.175.407	167.130.358
Aplicações financeiras	4c / 6	160.090.728	132.380.629	160.090.728	132.380.629
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		81.125.554	78.378.439	81.125.554	78.378.439
Aplicações livres		78.965.174	54.002.190	78.965.174	54.002.190
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	4b / 4d / 7	25.192.273	19.509.837	25.187.741	19.499.860
Contraprestações pecuniárias a receber		12.147.733	10.659.878	12.143.201	10.649.901
Participação em Eventos Indenizáveis		1.076.826	872.763	1.076.826	872.763
Operadora de Planos de Assistência a Saúde		11.967.714	7.977.196	11.967.714	7.977.196
Créditos de operações de assistência à saúde não relac. c/ pls de assist.à saúde da OPS	4b / 4e / 8	2.140.546	1.253.758	2.140.546	1.253.758
Créditos tributários e previdenciários	4g / 9	5.371.759	5.504.644	6.145.544	5.509.377
Bens e títulos a receber	4f / 10	10.332.716	5.743.006	14.307.160	8.034.479
Despesas antecipadas		300.484	448.956	303.688	452.255
Não Circulante		109.640.241	71.865.010	106.766.566	69.410.198
Realizável a longo prazo		29.106.003	27.302.397	29.125.505	27.442.660
Aplicações financeiras	4c / 6	-	-	-	-
Aplicações livres		-	-	-	-
Títulos e créditos a Receber	4f / 10	841.993	1.971.815	841.993	1.991.815
Depósitos judiciais e fiscais	4g / 11	21.180.781	15.865.544	21.200.283	15.985.807
Outros créditos a receber de longo prazo		66.704	75.420	66.704	75.420
Conta corrente com cooperados	4h / 12	7.016.525	9.389.618	7.016.525	9.389.618
Investimentos	4i / 13	38.742.578	32.820.724	3.210.880	2.959.501
Participações Societária pelo Método da Equivalência Patrimonial		36.048.786	30.344.489	-	-
Participações societárias em rede Assistencial		36.048.786	30.344.489	-	-
Outros Investimentos		2.693.792	2.476.235	3.210.880	2.959.501
Imobilizado	4b / 4j / 4l / 14	40.190.716	10.739.195	72.553.638	38.005.343
Imóveis de uso próprio		33.744.034	4.291.127	60.611.656	26.419.773
Imóveis - hospitalares		3.806.641	-	30.674.264	22.128.646
Imóveis - não hospitalares		29.937.393	4.291.127	29.937.392	4.291.127
Imobilizados de uso próprio		6.446.682	4.700.021	11.194.555	8.534.816
Imobilizado - hospitalares		-	-	2.761.685	1.811.960
Imobilizado - não hospitalares		6.446.682	4.700.021	8.432.870	6.722.856
Imobilizações em curso		-	1.748.047	-	2.389.343
Outras imobilizações				747.427	661.411
Intangível	4b / 4k / 4l / 15	1.600.944	1.002.694	1.876.543	1.002.694
Total do Ativo		316.811.925	253.038.194	318.810.416	254.621.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores Expressos Em Reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		149.811.014	112.855.586	151.770.658	114.399.670
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	4b / 4m / 16	<u>105.847.431</u>	<u>87.309.255</u>	<u>98.284.932</u>	<u>82.123.169</u>
Provisões de contraprestações		<u>18.499.980</u>	<u>16.051.169</u>	<u>18.499.980</u>	<u>16.051.169</u>
Provisão de contraprestações não ganhas - PCNG		16.994.579	14.675.072	16.994.579	14.675.072
Provisão para remissão		1.505.401	1.376.097	1.505.401	1.376.097
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		2.412.918	2.962.532	2.412.918	2.962.532
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		55.889.990	43.340.776	48.327.491	38.154.690
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)		29.044.543	24.954.778	29.044.543	24.954.778
Débitos de operações de assistência à saúde		<u>1.008.784</u>	<u>1.056.125</u>	<u>1.008.784</u>	<u>1.056.125</u>
Receita antecipada de contraprestações		834.063	537.002	834.063	537.002
Comercialização sobre operações		20.113	1.466	20.113	1.466
Operadoras de planos de assistência à saúde		154.608	517.657	154.608	517.657
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas c/ pls de saúde da OPS		1.442	3.453	1.442	3.453
Tributos e encargos sociais a recolher	4p / 17	10.445.022	9.947.087	11.767.472	10.920.004
Empréstimos e financiamentos a pagar	4n / 18	18.861.259	3.227.500	18.861.259	3.474.722
Débitos diversos	4p / 19	13.564.526	11.175.813	21.764.219	16.685.844
Conta corrente com cooperados		82.550	136.353	82.550	136.353
Não Circulante		95.525.395	34.418.060	95.564.196	34.456.861
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	4b / 4m / 16	<u>3.734.442</u>	<u>4.005.863</u>	<u>3.734.442</u>	<u>4.005.863</u>
Provisões de contraprestações		<u>1.889.363</u>	<u>1.617.723</u>	<u>1.889.363</u>	<u>1.617.723</u>
Provisão para remissão		1.889.363	1.617.723	1.889.363	1.617.723
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		837.400	2.279.530	837.400	2.279.530
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		1.007.679	108.610	1.007.679	108.610
Provisões	4b / 4q / 20	<u>34.098.938</u>	<u>20.288.637</u>	<u>34.137.739</u>	<u>20.327.438</u>
Provisões para ações judiciais		34.098.938	20.288.637	34.137.739	20.327.438
Tributos e encargos sociais a recolher	4p / 17	<u>5.515.334</u>	<u>7.256.988</u>	<u>5.515.334</u>	<u>7.256.988</u>
Parcelamento de tributos e contribuições		443.545	-	443.545	-
Tributos e Contribuições relacionadas a IN 20 (Cooperativas) Parcelamento		5.071.789	7.256.988	5.071.789	7.256.988
Empréstimos e financiamentos a pagar	4n / 18	51.610.685	1.847.695	51.610.685	1.847.695
Débitos diversos	4p / 19	565.996	1.018.877	565.996	1.018.877
Patrimônio Líquido	21	71.475.516	105.764.548	71.475.562	105.764.587
Capital social		19.932.108	19.791.940	19.932.108	19.791.940
Reservas		<u>51.897.503</u>	<u>85.972.608</u>	<u>51.897.503</u>	<u>85.972.608</u>
Reservas de Capital		25.100	25.100	25.100	25.100
Reservas de Reavaliação		193.978	803.978	193.978	803.978
Reservas de Sobras		51.678.425	85.143.530	51.678.425	85.143.530
Resultado		<u>(354.095)</u>	-	<u>(354.095)</u>	-
Sobras à disposição da AGO		(354.095)	-	(354.095)	-
Participação dos não controladores		-	-	46	39
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		316.811.925	253.038.194	318.810.416	254.621.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(Valores Expressos Em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	4s	575.234.124	500.862.757	573.613.959	499.377.473
Receitas com operações de assistência à saúde		579.076.603	510.366.771	577.456.438	508.881.487
Contraprestações líquidas	22	579.477.546	510.975.642	577.857.381	509.490.358
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(400.943)	(608.871)	(400.943)	(608.871)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(3.842.479)	(9.504.014)	(3.842.479)	(9.504.014)
Eventos indenizáveis líquidos	4t	(553.294.577)	(406.976.415)	(463.462.479)	(348.632.311)
Eventos conhecidos ou avisados	23	(549.204.812)	(406.165.483)	(459.372.714)	(347.821.379)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(4.089.765)	(810.932)	(4.089.765)	(810.932)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		21.939.547	93.886.342	110.151.480	150.745.162
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		60.036	29.711	60.036	29.711
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da OPS		4.127.921	2.350.928	8.145.955	4.605.487
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		2.706.866	684.176	6.724.900	2.938.735
Receitas com administração de intercâmbio eventual - assistência médico hospitalar		900.386	1.132.501	900.386	1.132.501
Outras receitas operacionais		520.669	534.251	520.669	534.251
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(2.284.685)	(2.193.214)	(7.581.195)	(5.608.735)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		(20.521.343)	(18.224.255)	(20.856.498)	(18.631.706)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(16.914.286)	(17.908.783)	(16.914.286)	(17.908.783)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(602.366)	(670.509)	(602.366)	(670.509)
Provisão para perdas sobre créditos		(3.004.691)	355.037	(3.339.846)	(52.414)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relac. c/ pls de saúde da OPS		(20.026.927)	(5.104.160)	(66.964.234)	(28.441.711)
Resultado bruto		(16.705.451)	70.745.352	22.955.544	102.698.208
Despesas de comercialização		(5.251.566)	(2.714.292)	(5.251.566)	(2.714.292)
Despesas administrativas		(41.326.299)	(36.120.682)	(82.345.892)	(67.150.739)
Resultado financeiro líquido		6.468.618	2.373.488	6.546.884	2.411.482
Receitas financeiras		10.645.549	6.036.982	10.790.889	6.169.386
Despesas financeiras		(4.176.931)	(3.663.494)	(4.244.005)	(3.757.904)
Resultado patrimonial		22.522.874	1.533.839	23.803.206	919.612
Receitas patrimoniais		24.202.673	1.561.347	24.231.411	947.120
Despesas patrimoniais		(1.679.799)	(27.508)	(428.205)	(27.508)
Resultado antes dos impostos e participações		(34.291.824)	35.817.705	(34.291.824)	36.164.271
Imposto de renda	4o	-	(8.742.480)	-	(8.963.193)
Contribuição social	4o	-	(3.233.537)	-	(3.359.390)
Resultado líquido do exercício	4r	(34.291.824)	23.841.688	(34.291.824)	23.841.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(Valores Expressos Em Reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de reavaliação	Reserva de Sobras	Sobras à disposição da AGO	Patrimônio Líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.730.681	25.100	803.978	60.228.771	3.496.936	81.285.466	37	81.285.466
Destinações da AGO de 19.03.2020:								
Retenção de sobras	-	-	-	1.748.468	(1.748.468)	-	-	-
Incorporação capital social	1.748.468	-	-	-	(1.748.468)	-	-	-
Movimentação do exercício:								
Integralização de capital	489.179	-	-	-	-	489.179	-	1.282.674
Baixa de cooperados	(273.351)	-	-	-	-	(273.351)	-	(524.195)
Utilização fundo de assistência do cooperado	-	-	-	(675.397)	-	(675.397)	-	(344.972)
Transf. Fundo de capitalização margem de solvência	1.096.963	-	-	-	-	1.096.963	-	-
Resultado do exercício:								
Sobras do exercício - atos cooperativos	-	-	-	-	22.954.212	22.954.212	-	12.991.415
Sobras do exercício - atos não cooperativos	-	-	-	-	887.476	887.476	-	301.731
Destinações estatutárias:								
Fundo de reserva - 10%	-	-	-	2.295.421	(2.295.421)	-	-	-
RATES - 5%	-	-	-	1.147.711	(1.147.711)	-	-	-
RATES - atos não cooperativos	-	-	-	887.476	(887.476)	-	-	-
	-	-	-	19.511.080	(19.511.080)	-	-	-
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	2	2
Saldos em 31 de dezembro de 2020	19.791.940	25.100	803.978	85.143.530	-	105.764.548	39	105.764.587
Movimentação do exercício:								
Integralização de capital	459.244	-	-	-	-	459.244	-	459.244
Baixa de cooperados	(319.076)	-	-	-	-	(319.076)	-	(319.076)
Utilização fundo de assistência do cooperado	-	-	-	(408.284)	-	(408.284)	-	(408.284)
Baixa Reserva de Reavaliação	-	-	(610.000)	-	610.000	-	-	-
Resultado do exercício:								
Sobras do exercício - atos cooperativos	-	-	-	-	(32.856.159)	(32.856.159)	-	(32.856.159)
Sobras do exercício - atos não cooperativos	-	-	-	-	(1.164.757)	(1.164.757)	-	(1.164.757)
Destinações estatutárias:								
Utilização Fundo de reserva	-	-	-	(7.852.494)	7.852.494	-	-	-
Utilização RATES	-	-	-	(5.693.247)	5.693.247	-	-	-
Utilização Fundo COVID-19	-	-	-	(19.511.080)	19.511.080	-	-	-
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	7	7
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.932.108	25.100	193.978	51.678.425	(354.095)	71.475.516	46	71.475.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores Expressos Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido	(34.291.824)	23.841.688	(34.291.824)	23.841.688
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	835.151	670.666	3.095.856	2.770.301
Juros sobre empréstimos	1.380.655	358.906	1.380.655	358.906
Equivalência patrimonial	978.350	(887.476)	-	-
Provisões/reversões para perdas sobre créditos	3.102.789	620.534	3.437.944	1.027.985
Resultado da venda de imobilizado	(25.498.857)	(110.299)	(25.498.857)	(137.939)
Descontos obtidos	(200.180)	(285.206)	(200.180)	(285.206)
Provisão para remissão	400.943	608.871	400.943	608.871
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA	4.089.765	810.932	4.089.765	810.932
Saldo ajustado	(49.203.207)	25.628.616	(47.585.697)	28.995.538
Variação dos ativos operacionais				
Aplicações financeiras	(27.710.099)	(6.126.122)	(27.710.099)	(6.126.122)
Créditos de operações com planos de assistência a saúde	(5.682.436)	32.603.791	(5.682.436)	32.604.468
Créditos oper. assist. à saúde não rel. c/plano de saúde da OPS	(886.788)	1.328.336	(2.297.018)	1.328.336
Créditos tributários e previdenciários	132.885	35.074	(636.167)	628.491
Bens e títulos a receber	(4.589.710)	(469.201)	(6.369.349)	(3.828)
Despesas antecipadas	148.472	134.135	148.568	133.683
Conta corrente com cooperados	2.373.093	2.121.543	2.373.093	2.121.543
Depósitos judiciais e fiscais	(5.315.237)	(6.324.309)	(5.315.237)	(6.444.572)
Outros créditos a receber	1.138.538	(2.004.714)	1.142.058	(2.024.430)
Caixa líquido das atividades operacionais	(40.391.282)	21.298.533	(44.346.587)	22.217.569
Variação dos passivos operacionais				
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	2.319.507	(24.382.273)	2.319.507	(24.382.273)
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	(1.991.744)	(2.011.028)	(1.991.744)	(2.011.028)
Provisão ev. a liquidar p/ outros prest. de serv. de assist. à saúde	13.448.283	(16.510.529)	15.619.265	(17.097.227)
Débitos de assistência a saúde	(47.341)	(103.468)	(47.341)	(103.468)
Débitos c/ oper. de assist. à saúde não rel. c/pl de saúde da OPS	(2.011)	(24.881)	(2.011)	(24.881)
Provisões para ações judiciais	13.810.301	17.614.037	13.810.301	17.614.037
Tributos e encargos sociais a recolher	(1.243.719)	(8.191.189)	(1.929.374)	(8.183.677)
Débitos diversos	1.935.832	1.887.793	2.010.907	3.205.384
Conta corrente com cooperados	(53.803)	125.643	(53.803)	125.643
	28.175.305	(31.595.895)	29.735.707	(30.857.490)
Caixa líquido das atividades operacionais	(61.419.184)	15.331.254	(62.196.577)	20.355.617
Atividades de investimentos				
Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado - Outros	23.590.000	-	23.590.000	-
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	-	-	-	(3.927.471)
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(29.744.953)	(716.277)	(37.104.780)	(716.277)
Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(12.000)	(12.000)	(12.000)	(12.000)
Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	(7.088.273)	(547.130)	(405.627)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(13.255.225)	(1.275.407)	(13.932.406)	(4.655.748)
Atividades de financiamento				
Integralização de Capital	459.244	489.179	459.244	489.179
Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	70.000.000	-	70.000.000	-
Outros Recebimentos de Atividade de Financiamento	153.714	148.259	153.714	148.259
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos	(1.380.655)	(358.660)	(1.315.855)	(280.899)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos	(6.471.230)	(3.716.907)	(6.704.399)	(4.607.300)
Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(675.839)	(243.973)	(675.839)	(264.201)
Caixa líquido das atividades de financiamento	62.085.233	(3.682.102)	61.916.864	(4.514.962)
Variação de caixa e equivalente de caixa	(12.589.176)	10.373.745	(14.212.119)	11.184.907
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	16.332.354	5.958.609	18.080.562	6.895.655
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.743.178	16.332.354	3.868.443	18.080.562
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(12.589.176)	10.373.745	(14.212.119)	11.184.907
Ativos livres				
Ativos Livres no Início do Período (*)	70.334.544	55.230.152	72.082.752	56.167.198
Ativos Livres no Final do Período (*)	82.708.352	70.334.544	82.833.617	72.082.752
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financeiras – recursos livres	12.373.808	15.104.392	10.750.865	15.915.554

(*) Estão correspondidos pelos saldos das contas Caixa, Bancos Conta Movimento, Aplicações de Liquidez Imediata e Aplicações Livres.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.**
(Valores Expressos Em Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Sergipe Cooperativa de Trabalho Médico (a seguir denominada Unimed Sergipe), tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades no mercado de trabalho, observando o princípio de livre oportunidade para todos os Cooperados e aprimoramento dos serviços de assistência médica.

A Unimed Sergipe está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 33.766-8.

NOTA 2 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No cumprimento de suas atividades a Unimed Sergipe assina, em nome dos seus cooperados, contratos para prestação de serviços inerentes a atividade médica com pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado.

Atua na contratação de serviços hospitalares, de medicina, de exames auxiliares, de diagnósticos de tratamento e a comercialização destes serviços através de planos de saúde.

A Unimed Sergipe comercializa atualmente 100 produtos, os quais se encontram devidamente registrados no Sistema de Informações de Produtos junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

NOTA 3 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas Padrão instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, estabelecido pela Resolução Normativa RN nº 435 de 23 de novembro de 2018 e Resolução Normativa RN nº 446 de 01 de novembro de 2019 consoante às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, , bem como, da Lei Cooperativista nº 5.764/71 e da Norma Brasileira de Contabilidade ITG nº 2004 de 24.11.2017, obedecendo ainda parcialmente, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações consolidadas incluem as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 da Unimed Sergipe Cooperativa de Trabalho Médico, e da sua controlada São Marcos Hospitalar, na qual detém 99,99% de participação, sendo que as demonstrações estão identificadas como controladora e consolidado.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas acima, segundo a natureza de cada saldo, obedecendo ao disposto na NBC TG 36 (R3) do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, obedecendo os seguintes critérios:

- i. Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação, bem como eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- ii. Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- iii. Destaque da participação dos minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Operadora em 14 de fevereiro de 2022.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de escrituração

A Operadora adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas de vida útil de determinados ativos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações vinculadas não estão destinadas à negociação ou disponíveis para venda (vide nota explicativa nº 6).

d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Preços preestabelecidos - "Provisão de contraprestação não ganha - PCNG", e posteriormente sendo reconhecidos como "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde", no que se refere aos serviços médicos e hospitalares, quando da efetiva cobertura do risco contratual incorrido conforme determinado pela RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e suas alterações. Preços pós-estabelecidos na conta de "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde" (vide nota explicativa nº 7).

A provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosa - PPSC está constituída de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do anexo da Resolução Normativa – RN nº 435 DIOPE/ANS.

e) Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de assistência à saúde da Operadora

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado "receitas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da Operadora", no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a outras operadoras de planos médico-hospitalares (vide nota explicativa nº 8).

A provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosa - PPSC está constituída de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do anexo da Resolução Normativa – RN nº 435 DIOPE/ANS.

f) Bens e títulos a receber

Representados essencialmente por adiantamentos diversos e pelo estoque, indispensável ao funcionamento da Operadora para realização do serviço assistencial à saúde sendo avaliado ao custo médio ponderado de aquisição, observados os procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 16 e NBC TG 16 (R1), (vide nota explicativa nº 10).

g) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, incluídos, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como não circulante.

h) Conta corrente com cooperados

Os créditos registrados com cooperados estão sendo registrados pelos valores deliberados por assembleia dos cooperados, corrigidos, pela mesma atualização realizada pelas obrigações legais que originaram os mesmos (vide nota explicativa nº 12).

i) Investimentos

Representados essencialmente pela participação societária de 99,99% em rede hospitalar própria (São Marcos Hospitalar Ltda.), ajustada mensalmente pelo método da equivalência patrimonial, além de outras participações minoritárias demonstradas pelo método de custo, somadas as sobras e subtraídas as perdas incorridas, quando aplicável e deliberado em assembleias (vide nota explicativa nº 13).

j) Ativo Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995 líquido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais, consoante às premissas contidas no Pronunciamento Técnico CPC 27 e NBC TG 27 (R4) (vide nota explicativa nº 14).

k) Ativo Intangível

Com as alterações nas Leis nº 6.404/76 e nº 11.941/09, o intangível foi incorporado ao balanço a partir do exercício de 2008 e está relacionado a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

O pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) e NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível tem como objetivo definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro pronunciamento. Por sua vez, ele estabelece que uma entidade deva reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios forem atendidos. Além disso, também especifica como apurar e mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos (vide nota explicativa nº 15).

l) Avaliação do valor recuperável de ativos (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, consoante ao Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) e NBC TG 01 (R4).

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

m) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Calculadas de acordo com as com as disposições contidas na RN nº 393 de 09/12/2015, considerando as alterações trazidas pela RN nº 442 de 20/12/2018, emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2010 e RN 435/2018 e suas alterações vigentes (vide nota explicativa nº 16).

n) Tributos e encargos sociais a recolher

Calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando à tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, considerando os efeitos tributários demandados pela aplicação das modificações na Lei nº 11.941/09 (vide nota explicativa nº 17).

o) Empréstimos e financiamentos

Registrados pelo valor principal, acrescidos dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço (vide nota explicativa nº 18).

p) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As obrigações exigíveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas no passivo não circulante (vide nota explicativa nº 19).

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As principais práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes avaliados como de perda possível não exigem provisão, mas divulgação em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados e nem divulgados;

- iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito, quando originadas de processos em que a Operadora questiona a inconstitucionalidade de tributos.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável (vide nota explicativa nº 20).

r) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes.

Do resultado são deduzidas ou acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

s) Reconhecimento da receita

As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

t) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados por prestadores e cooperados que não são cobrados (avisados) em sua totalidade da Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão para eventos ocorridos e não avisados.

u) Informações por segmento

A Operadora está organizada em uma única unidade de negócio, correspondente à atividade de planos de saúde, sendo suas operações controladas e gerenciadas de forma integrada.

v) Normas Internacionais de Contabilidade

A Operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 47 – Receitas, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis da cooperativa no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações vigentes, na qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

NOTA 5 - DISPONÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	2.027	3.390	3.981	6.409
Banco conta movimento	3.741.151	16.328.964	3.817.148	16.406.084
Aplicações de liquidez imediata	-	-	47.314	1.668.068
	3.743.178	16.332.354	3.868.443	18.080.562

NOTA 6 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Garantidoras de provisões técnicas					
Caixa Econômica Federal	Caixa FI Saúde Suplem. ANS RF	26.941.291	25.997.435	26.941.291	25.997.435
Banco Santander S.A.	Santander FI ANS BR Renda Fixa	11.732.448	11.336.781	11.732.448	11.336.781
Sicredi Aracaju	Soberano Saúde – FI RF LP ANS	7.099.280	6.842.027	7.099.280	6.842.027
Banco Itaú S.A.	Itaú Unimed Renda Fixa FI	7.387.356	7.125.985	7.387.356	7.125.985
Banco Safra S.A.	SNS Safra ANS FIRF	5.751.555	5.551.938	5.751.555	5.551.938
Banco Safra S.A.	ANS - ANS RF	6.076.543	5.812.210	6.076.543	5.812.210
Banco Safra S.A.	ANS - FI MM CRED	5.582.445	5.578.627	5.582.445	5.578.627
Banco do Brasil S.A.	BB CDB DI	6.007.936	5.799.276	6.007.936	5.799.276
BNP Paribas S.A.	Unimed Investcoop ANS III	4.643.848	4.389.214	4.643.848	4.389.214
(-) Provisão IRRF		(97.148)	(55.054)	(97.148)	(55.054)
Subtotal circulante		81.125.554	78.378.439	81.125.554	78.378.439
Livres					
Banco Itaú S.A.	Itaú Premio renda fixa	5.742.210	23.450	5.742.210	23.450
Banco Bradesco S.A.	CDB Facil	59.492	57.059	59.492	57.059
Sicredi Aracaju	RDC Master	27.734.448	18.802.333	27.734.448	18.802.333
Caixa Econômica Federal	CDB / RDB Caixa	2.835.324	2.720.245	2.835.324	2.720.245
Banese Banco do Est. Sergipe	Poupa CDB – Pós CDI	1.243.751	1.192.101	1.243.751	1.192.101
Banco do Brasil S.A.	BB CDB DI	200.543	490.448	200.543	490.448
Banco Safra S.A.	TCM - renda fixa	23.854.248	22.953.366	23.854.248	22.953.366
Banco Santander S.A.	BB CDB DI	5.571.644	8.469.345	5.571.644	8.469.345
Banco Daycoval S.A.	Renda Fixa	12.628.572	-	12.628.572	-
(-) Provisão IRRF		(905.058)	(706.157)	(905.058)	(706.157)
Subtotal circulante		78.965.174	54.002.190	78.965.174	54.002.190
		160.090.728	132.380.629	160.090.728	132.380.629

NOTA 7 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Planos individuais - preestabelecidos</u>				
Créditos a receber	7.619.687	6.565.017	7.619.687	6.565.017
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(1.727.637)	(1.344.884)	(1.727.637)	(1.344.884)
	5.892.050	5.220.133	5.892.050	5.220.133
<u>Planos coletivos - preestabelecidos</u>				
Créditos a receber	8.054.857	6.792.776	8.050.345	6.788.493
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(1.799.194)	(1.674.453)	(1.799.194)	(1.674.453)
	6.255.663	5.118.323	6.251.151	5.114.040
<u>Planos coletivos - pós estabelecidos</u>				
Créditos a receber	2.481.249	321.422	2.481.229	315.728
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(2.481.229)	-	(2.481.229)	-
	20	321.422	-	315.728
Subtotal - Contraprestações pecuniárias a receber	12.147.733	10.659.878	12.143.201	10.649.901
<u>Participação dos beneficiários em eventos indenizados</u>				
Participação dos beneficiários em eventos indenizados	1.129.375	916.090	1.129.375	916.090
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(52.549)	(43.327)	(52.549)	(43.327)
	1.076.826	872.763	1.076.826	872.763
Subtotal - Participação dos beneficiários em eventos	1.076.826	872.763	1.076.826	872.763
<u>Operadoras de planos de assistência a saúde</u>				
Contraprestação corresponsabilidade assumida	12.297.999	8.155.965	12.297.999	8.155.965
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(330.285)	(178.769)	(330.285)	(178.769)
	11.967.714	7.977.196	11.967.714	7.977.196
Subtotal - Operadoras de planos de assist. à saúde	11.967.714	7.977.196	11.967.714	7.977.196
	25.192.273	19.509.837	25.187.741	19.499.860

Correspondem a valores a receber dos planos de saúde da Operadora. As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações vigentes da ANS.

NOTA 8 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA OPERADORA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Intercâmbio a receber - atendimento eventual</u>				
Taxa de administração	85.428	51.851	85.428	51.851
Intercâmbio a receber	2.828.886	2.029.093	2.828.886	2.029.093
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(773.768)	(827.186)	(773.768)	(827.186)
	2.140.546	1.253.758	2.140.546	1.253.758

Correspondem a créditos com outras Unimed's (Intercâmbio a receber) referentes a taxa de administração e reembolso de atendimentos. A Provisão para perda sobre créditos foi constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Anexo – Capítulo I, item 10, subitem 10.2.3 da RN nº 435 de 23 de novembro de 2018.

NOTA 9 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda retido na fonte - faturas	79.752	61.956	92.230	61.956
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	1.435.389	1.348.668	1.444.888	1.353.401
Imposto de renda a compensar	2.499.274	1.394.809	3.044.497	1.394.809
Contribuição social sobre o lucro líquido a compensar	598.574	161.365	805.159	161.365
Créditos previdenciários	-	2.531.748	-	2.531.748
Crédito de PIS e COFINS	758.770	6.098	758.770	6.098
	5.371.759	5.504.644	6.145.544	5.509.377

Créditos previdenciários

Em linha com o inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212/1991, a Operadora recolhia, a título de contribuição previdenciária, 15% sobre as notas fiscais ou faturas de serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho.

Em junho de 2015, no entanto, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 595.838/SP, no âmbito da sistemática do art. 543-B do Código de Processo Civil (CPC), declarou a inconstitucionalidade do referido inciso, ocasião na qual a Operadora deixou de recolher e registrou em seu ativo o montante recolhido nos últimos 5 anos (R\$ 4.604.901, de junho/2010 a maio/2015). A partir de janeiro de 2016, a Operadora passou a compensar o valor desconto à razão de 30% do INSS a recolher, e no exercício de 2021 foi efetuado a baixa do valor residual devido a prescrição dos créditos.

NOTA 10 - BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Estoques	4.710.812	3.806.875	8.302.000	5.495.517
Títulos a receber	899.875	810.799	971.159	1.059.512
Outros créditos	4.722.029	1.125.332	5.034.001	1.479.450
Subtotal circulante	10.332.716	5.743.006	14.307.160	8.034.479
Outros créditos	841.993	1.971.815	841.993	1.991.815
Subtotal não circulante	841.993	1.971.815	841.993	1.991.815
	11.174.709	7.714.821	15.149.153	10.026.294

Estoque

Está composto por materiais de escritório, materiais hospitalares, e medicamentos.

Títulos a receber

Está composto por valores a receber de cartões de débitos, cartões de créditos e cheques no montante de R\$ 841.993 na controladora e R\$ 71.284 em cartões de crédito e de débito para a controlada.

Outros Créditos

Ativo Circulante – Está composto basicamente por Adiantamentos de Funcionários na ordem de R\$ 211.056 e Adiantamento à Fornecedores no total de R\$ 4.419.618.

Ativo Não Circulante – Composto pelo valor a receber de Adiantamento concedido aos médicos cooperados no período de pandemia com saldo a receber em 31.12.2021 na ordem de R\$ 841.933.

NOTA 11 - DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Eventos Assistenciais	1.007.679	692.804	1.007.679	692.804
INSS	129.246	127.071	129.246	127.071
ISSQN	19.000.532	14.164.542	19.000.532	14.164.542
Ações Cíveis	628.956	450.769	628.956	571.032
Ações Trabalhistas	9.828	105.900	29.330	105.900
Taxa de Saúde Suplementar e Multas ANS	404.540	324.458	404.540	324.458
	21.180.781	15.865.544	21.200.283	15.985.807

NOTA 12 - CONTA CORRENTE COM COOPERADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Conta corrente com cooperados	7.016.525	9.389.618	7.016.525	9.389.618
	7.016.525	9.389.618	7.016.525	9.389.618

Em 20 de outubro de 2008, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS publicou a Instrução Normativa nº 20, que define a forma das operadoras de planos de saúde contabilizar as obrigações legais. De acordo com o art. 4º da referida instrução, as operadoras classificadas na modalidade de cooperativas médicas, que na assembleia geral ordinária relativa ao exercício de 2008, deliberarem pela transferência da responsabilidade de pagamento das obrigações legais para seus cooperados, poderão contabilizar no passivo não circulante as obrigações legais, tendo como contrapartida o ativo circulante.

A Operadora mantém registrado em 2021 as obrigações legais correspondentes ao parcelamento especial de impostos e contribuições federais, parcelados em 180 meses, deferidos em 18 de novembro de 2009, conforme parâmetros definidos pela Lei nº. 11.941 de 2009 da Secretaria da Receita Federal (SRF). Os valores encontram-se individualizados por cooperado, levando-se em consideração o ano de cada obrigação legal e o valor correspondente ao rateio de produção por cooperado.

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ	2004 a 2007	289.819	386.954	289.819	386.954
CSLL	2004 a 2007	157.905	210.828	157.905	210.828
INSS	2000 a 2007	3.311.559	4.421.454	3.311.559	4.421.454
CSRF	2005 a 2007	10.453	13.956	10.453	13.956
IRRF	2000 a 2005	274.310	366.247	274.310	366.247
PIS	2003 a 2007	623.829	832.911	623.829	832.911
COFINS	1998 a 2007	2.348.650	3.135.818	2.348.650	3.135.818
		7.016.525	9.368.168	7.016.525	9.368.168

NOTA 13 - INVESTIMENTOS

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial					
São Marcos Hospitalar Ltda		31.111.378	29.745.307	-	-
AFAC São Marcos Hospitalar Ltda.		4.937.408	599.182	-	-
		36.048.786	30.344.489	-	-
Participações societárias pelo método de custo					
Central Nacional Unimed		1.262.393	1.201.135	1.262.393	1.201.135
Unimed Seguradora		67.188	138.192	67.188	138.192
Unimed Equatorial		10.000	10.000	10.000	10.000
Unimed Participações		49.958	105.068	49.958	105.068
Sicredi de Aracajú		1.304.253	1.021.840	1.821.341	1.505.106
		2.693.792	2.476.235	3.210.880	2.959.501
		38.742.578	32.820.724	3.210.880	2.959.501

Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial

Corresponde ao método de avaliação do investimento na empresa São Marcos Hospitalar Ltda., CNPJ nº 15.592.785/0001-06, cuja participação societária da Operadora em 31/12/2019 é equivalente a 99,9998700397%.

Participações societárias pelo método de custo

Avaliados pelo custo de aquisição, das capitalizações de sobras e juros sobre capital conforme decisões de assembleias.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2020	Consolidado		Saldos em 31/12/2021
			Movimentação		
			Custo	Depreciação	
Imóveis de uso próprio					
Terrenos (a)	-	3.765.000	3.806.641	-	7.571.641
Edificações	25	18.363.646	5.521.661	(782.684)	23.102.623
Subtotal hospitalares		22.128.646	9.328.302	(782.684)	30.674.264
Terrenos (b)	-	3.095.452	24.200.000	-	27.295.452
Terrenos - reavaliação	-	803.978	(610.000)	-	193.978
Edificações	25	391.697	2.098.744	(42.479)	2.447.962
Subtotal não hospitalares		4.291.127	25.688.744	(42.479)	29.937.392
Subtotal imóveis de uso próprio		26.419.773	35.017.046	(825.163)	60.611.656
Imobilizado de uso próprio					
Instalações		-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10	1.219.827	1.491.759	(536.173)	2.175.413
Materiais de informática e periféricos	5	272.589	74.445	(89.900)	257.134
Móveis e utensílios	10	319.544	154.903	(145.309)	329.138
Veículos	5	-	-	-	-
Subtotal hospitalares		1.811.960	1.721.107	(771.382)	2.761.685
Instalações	10	3.883	-	(1.085)	2.798
Máquinas e equipamentos	10	4.439.675	2.269.487	(832.891)	5.876.271
Materiais de informática	5	1.184.586	502.818	(346.397)	1.341.007
Móveis e utensílios	10	527.723	328.265	(89.560)	766.428
Veículos	5	566.989	-	(120.623)	446.366
Subtotal não hospitalares		6.722.856	3.100.570	(1.390.556)	8.432.870
Subtotal imobilizado de uso próprio		8.534.816	4.821.677	(2.161.938)	11.194.555
Imobilizações em curso					
Hospitalares / odontológicos	-	641.296	(641.296)	-	-
Não hospitalares / odontológicos	-	1.748.047	(1.748.047)	-	-
Subtotal imobilizações em curso		2.389.343	(2.389.343)	-	-
Outras imobilizações					
Hospitalares / odontológicos	-	661.411	181.808	(95.792)	747.427
Subtotal outras imobilizações		661.411	181.808	(95.792)	747.427
		38.005.343	37.631.188	(3.082.893)	72.553.638

(a) Refere-se a compra de um imóvel em 03 de março de 2021, situado na Rua Campo do Brito, nº 1016, Bairro: São José na cidade Aracaju.

(b) Trata-se da aquisição do terreno localizado na Avenida Tancredo Neves, Bairro Jabotiana, Aracajú Sergipe, que foi financiado pelo Banco Daycoval formalizados através do Contrato de Arrendamento Mercantil, nº 000031550, conforme descrito na nota explicativa nº 18.

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2020	Controladora		Saldos em 31/12/2021
			Movimentação		
			Custo	Depreciação	
Imóveis de uso próprio					
Terrenos	-	-	3.806.641	-	3.806.641
Edificações	25	-	-	-	-
Subtotal hospitalares		-	3.806.641	-	3.806.641
Terrenos	-	3.095.452	24.200.000	-	27.295.452
Terrenos - reavaliação	-	803.978	(610.000)	-	193.978
Edificações	25	391.697	2.098.744	(42.479)	2.447.962
Subtotal não hospitalares		4.291.127	25.688.744	(42.479)	29.937.392
Subtotal imóveis de uso próprio		4.291.127	25.688.744	(42.479)	33.744.033
Imobilizado de uso próprio					
Instalações	10	3.883	-	(1.085)	2.798
Máquinas e equipamentos	10	2.416.840	1.968.539	(495.295)	3.890.084
Materiais de informática	5	1.184.586	502.818	(346.397)	1.341.007
Móveis e utensílios	10	527.723	328.265	(89.560)	766.428
Veículos	5	566.989	-	(120.623)	446.366
Subtotal não hospitalares		4.700.021	2.799.622	(1.052.960)	6.446.683
Subtotal imobilizado de uso próprio		4.700.021	2.799.622	(1.052.960)	6.446.683
Imobilizações em curso					
Hospitalares / odontológicos	-	-	-	-	-
Não hospitalares / odontológicos	-	1.748.047	(1.748.047)	-	-
Subtotal imobilizações em curso		1.748.047	(1.748.047)	-	-
		10.739.195	26.740.319	(1.095.439)	40.190.716

NOTA 15 - INTANGÍVEL

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2020	Controladora		Saldos em 31/12/2021
			Movimentação		
			Custo	Amortização	
Direito de uso de <i>software</i>	5	1.002.694	96.522	(359.246)	739.970
Intangível em Curso		-	860.974	-	860.974
		1.002.694	957.496	(359.246)	1.600.944
	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2020	Controladora		Saldos em 31/12/2021
			Custo	Amortização	
Direito de uso de <i>software</i>	5	1.002.694	96.522	(359.246)	739.970
Intangível em Curso		-	1.136.573	-	1.136.573
		1.002.694	1.233.095	(359.246)	1.876.543

NOTA 16 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisões de contraprestações	18.499.980	16.051.169	18.499.980	16.051.169
Provisão de contraprestação não ganha – PCNG	16.994.579	14.675.072	16.994.579	14.675.072
Provisão para remissão	1.505.401	1.376.097	1.505.401	1.376.097
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	2.412.918	2.962.532	2.412.918	2.962.532
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	55.889.990	43.340.776	48.327.491	38.154.690
Provisão p/ eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	29.044.543	24.954.778	29.044.543	24.954.778
Circulante	105.847.431	87.309.255	98.284.932	82.123.169
Provisões de contraprestações	1.889.363	1.617.723	1.889.363	1.617.723
Provisão para remissão	1.889.363	1.617.723	1.889.363	1.617.723
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	837.400	2.279.530	837.400	2.279.530
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	1.007.679	108.610	1.007.679	108.610
Não circulante	3.734.442	4.005.863	3.734.442	4.005.863

Provisão de contraprestação não ganha - PCNG

Constituída com base nos contratos com preços pré-estabelecidos com prazo de cobertura (vigência e risco) subsequente à data do balanço. A provisão é calculada *pro rata die* conforme estabelecido no capítulo II, Seção IV, da Resolução Normativa - RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015.

Provisão para remissão

Constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico-hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do beneficiário titular, a provisão é calculada conforme metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial aprovada em 29 de setembro de 2006, segundo o Ofício nº 3367/2006/DIR.ADJ (GEAOP)/DIOPE/ANS/MS.

Provisão para eventos a liquidar SUS

Referem-se a contestados lançamentos realizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, visando a cobrança de despesas assistenciais decorrentes de atendimentos dos usuários da Operadora no Sistema Único de Saúde, estando de acordo conforme art. 2º da Instrução Normativa nº 5 de 30 de setembro de 2011 - DIOPE/DIDES.

Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. A RN nº 209/2009 e alterações vigentes, que determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Conforme publicação da RN 227/10 e alterações vigentes, a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015 e alterações vigentes.

Composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cobertura Assistencial com preço Preestabelecido	47.106.055	36.444.558	39.543.556	31.258.472
Rede Credenciada	41.779.608	32.629.249	34.217.109	27.443.163
Cooperados	3.724.742	2.860.302	3.724.742	2.860.302
Intercâmbio	1.559.398	857.764	1.559.398	857.764
Reembolso	42.307	97.243	42.307	97.243
Cobertura Assistencial com preço Pós Estabelecidos	8.783.935	6.896.218	8.783.935	6.896.218
Rede Credenciada	8.068.413	6.282.296	8.068.413	6.282.296
Cooperados	715.522	613.922	715.522	613.922
	55.889.990	43.340.776	48.327.491	38.154.690

Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Constituída com base na metodologia de cálculo aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelos prestadores.

As provisões técnicas de benefícios concedidos - Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, foram apuradas conforme nota técnica atuarial e são suficientes para fazer frente às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de acordo com o parecer atuarial emitido pela empresa Oxy Consultoria Empresarial e Atuarial e assinado pela atuária Jacqueline Barbosa, MIBA nº 1.421.

Apresentada por:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão p/ Eventos Ocorridos e não avisados (PEONA) - Outros Prestadores	(a)	28.284.757	24.954.778	28.284.757	24.954.778
Provisão p/ Eventos Ocorridos e não avisados (PEONA) – SUS	(b)	759.786	-	759.786	-
		29.044.543	24.954.778	29.044.543	24.954.778

(a) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) - Outros

Constituída com base na metodologia de cálculo aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelos prestadores.

As provisões técnicas de benefícios concedidos - Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, foram apuradas conforme nota técnica atuarial e são suficientes para fazer frente às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de acordo com o parecer atuarial emitido pela empresa Oxy Consultoria Empresarial e Atuarial e assinado pela atuária Jacqueline Barbosa, MIBA nº 1.421.

(b) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) - SUS

Provisão destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos na Rede do Sistema Único de Saúde – SUS, que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Para as operadoras que não possuem metodologia atuarial própria, a provisão está sendo apurada com base no escalonamento do valor exigido até Dez/2022, cujo montante corresponde ao valor integral da provisão mediante aplicação do fator individual da PEONA-SUS divulgado pela ANS, que para a Unimed Sergipe em Dez/2021 corresponde a 39% sobre os eventos de SUS avisados nos últimos 24 meses (R\$ 1.948.170).

NOTA 17 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Tributos e contribuições a recolher:				
IRPJ	-	563.983	-	584.647
CSLL	-	281.374	-	292.929
ISS	474.713	840.452	502.465	872.517
PIS e COFINS	475.755	354.023	769.927	552.359
INSS	659.014	598.891	1.231.781	1.126.844
FGTS	213.284	182.935	377.529	327.461
Outros	2.720	2.805	2.720	2.805
Retenções de impostos e contribuições:				
IRRF	2.803.552	2.016.444	2.901.090	2.080.439
ISS	1.425.327	1.380.209	1.521.225	1.323.510
PIS, COFINS, CSLL e INSS	1.939.514	1.479.402	2.009.592	1.509.924
Parcelamentos tributários - Demais Débitos	149.420	-	149.420	-
Parcelamentos tributários - IN 20	2.301.723	2.246.569	2.301.723	2.246.569
	10.445.022	9.947.087	11.767.472	10.920.004
Não circulante				
Parcelamentos tributários - Demais Débitos	443.545	-	443.545	-
Parcelamentos tributários - IN 20	5.071.789	7.256.988	5.071.789	7.256.988
	5.515.334	7.256.988	5.515.334	7.256.988

Tributos e contribuições relacionados a IN 20 (Cooperativas) - Parcelamento

Corresponde a parcelamento especial de impostos e contribuições federais, em 180 meses, deferidos em 14 de junho de 2011, conforme parâmetros definidos pela Lei nº 11.941 de 2009 da Secretaria da Receita Federal, referentes à Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, PIS e COFINS, IRPJ e CSLL.

Dos valores mencionados, encontra-se registrado na rubrica “Conta corrente com cooperados”, no ativo não circulante, o montante de R\$ 7.016.525 (sete milhões, dezesseis mil, quinhentos e vinte e cinco), conforme autorizado pelos cooperados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2008, na forma que dispõe a Instrução Normativa nº 20 de 20/10/2008 da DIOPE/ANS, correspondendo a responsabilidade assumida pelos cooperados, a ser realizado somente quando da efetiva exigibilidade dos passivos relacionados.

NOTA 18 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa contratual	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Banco Daycoval S.A.	CDI + 6,45% a.a.	jul/2026	24.516.519	-	24.516.519	-
Banco Itaú S.A.	CDI + 2,33% a.a.	jul/2026	14.854.799	-	14.854.799	-
Banco Safra S.A.	CDI + 2,43% a.a.	jul/2022	1.847.698	4.954.115	1.847.698	4.954.115
Banco Safra S.A.	CDI + 2,18% a.a.	jun/2026	13.574.792	-	13.574.792	-
Banco Santander S.A.	-	out/2022	474.376	45.994	474.376	45.994
Banco Santander S.A.	CDI + 2,51% a.a.	jun/2026	15.063.140	-	15.063.140	-
Sicred	CDI + 0,25% a.a.	out/2021	-	-	-	247.222
Conta garantida			88.321	24.452	88.321	24.452
Consignado			52.299	50.635	52.299	50.635
			70.471.944	5.075.196	70.471.944	5.322.418
Circulante			18.861.259	3.227.500	18.861.259	3.474.722
Não circulante			51.610.685	1.847.696	51.610.685	1.847.696

NOTA 19 - DÉBITOS DIVERSOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações com pessoal	4.307.109	3.496.867	7.742.501	6.490.578
Fornecedores	6.929.961	6.677.135	11.615.141	9.200.127
Depósitos de Terceiros	283.618	313.718	283.618	313.718
Outros Débitos	2.609.834	1.706.970	2.688.955	1.710.275
	14.130.522	12.194.690	22.330.215	17.714.698
Circulante	13.564.526	11.175.813	21.764.219	16.695.821
Não circulante	565.996	1.018.877	565.996	1.018.877

Obrigações com Pessoal

Está composto por Salário a Pagar = R 1.251,314, Férias dos Colaboradores = R\$ 2.937.903 e Honorários de Diretoria e de Conselhos = R\$ 117.892.

Fornecedores

Refere-se a Fornecedores de materiais hospitalares, medicamentos, prestadores de serviços cujo saldo a pagar em 31.12.2021 é da ordem de R\$ 6.929.961 para controlada e R\$ 11.615.141 para informação consolidada.

NOTA 20 – PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	437.834	287.000	466.634	325.801
Cíveis - ANS	1.514.400	1.093.400	1.514.400	1.093.400
Tributária	32.136.704	18.898.237	32.136.704	18.898.237
Trabalhista	10.000	10.000	20.001	10.000
	34.098.938	20.288.637	34.137.739	20.327.438

Provisões Tributárias

Provisão referente ao ISSQN sobre as operações da cooperativa, cujo recolhimento do tributo conforme procedimento aceito pelo fisco municipal estava ocorrendo mediante dedução da base de cálculo, dos repasses decorrentes de serviços realizados por cooperados, clínicas, laboratórios e outros prestadores de serviços. A partir de 2017 com alteração do artigo nº 103-A do Código Tributário Nacional, a base de cálculo do tributo municipal foi atrelada ao faturamento, não se permitindo que a mesma seja inferior à 40% (quarenta por cento) do faturamento bruto.

Contudo, foi requerido pela Unimed Sergipe por meio de tutela de urgência, a suspensão da exigibilidade do ISSQN sobre a parcela das mensalidades que são repassadas aos referidos profissionais, além de se abster de recolher o imposto em valor superior a comissão ou taxa de administração seguindo o critério de ocorrência do fato gerador e não do faturamento, cuja sentença em 25/06/2019 confirmou a tutela de urgência e julgou procedentes os pedidos autorais.

As partes recorreram, tendo o Tribunal sentenciado através de acórdão que a sentença deveria ser anulada e o processo retornar à Vara de origem para trâmites periciais, o que está no aguardo de prosseguimento, sendo que por medida de prudência, a Cooperativa está depositando judicialmente o valor incontroverso do tributo, que em 31/12/2021 totaliza o montante de R\$ 19.000.532 – Dezenove milhões, quinhentos e trinta e dois reais (vide nota explicativa nº 11).

Provisões para Ações Cíveis ANS

Provisão constituída referente as multas administrativas aplicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, sendo que o montante de R\$ 1.514.400 – Um milhão, quinhentos e quatorze mil e quatrocentos reais), encontra-se em discussão administrativa a ANS.

Provisões para Ações Cíveis e Trabalhistas

Provisão constituída diante da complexidade que envolve determinadas demandas na área cível e trabalhista, cujos processos de acordo com nossos assessores jurídicos são considerados de provável risco de perda.

Outras Contingências Passivas

Adicionalmente, a Operadora é parte em processos de natureza cível, tributária e trabalhista, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões, mas que estão sendo divulgadas em resumo descrito a seguir consoante aos dispositivos do CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade:

<u>Ações com risco de perda possível</u>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	7.563.705	4.959.398	8.060.333	5.402.025
Tributárias	100.000	100.000	100.000	100.000
Trabalhistas	333.071	239.000	437.071	313.000
	7.996.776	5.298.398	8.597.404	5.815.025

NOTA 21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	19.932.108	19.791.940	19.932.108	19.791.940
Reservas	51.897.503	85.972.608	51.897.503	85.972.608
Reservas de capital	25.100	25.100	25.100	25.100
Reservas de reavaliação	193.978	803.978	193.978	803.978
Reservas de sobras	51.678.425	85.143.530	51.678.425	85.143.530
Fundo de reserva	-	7.852.494	-	7.852.494
RATES	-	5.693.247	-	5.693.247
Fundo de assistência ao cooperado	1.312.120	1.720.404	1.312.120	1.720.404
Fundo indivisível de constituição e manut. margem de solvência - FICOM	50.366.305	50.366.305	50.366.305	50.366.305
Fundo COVID-19	-	19.511.080	-	19.511.080
Sobras à disposição da AGO	(354.095)	-	(354.095)	-
Participação dos não controladores	-	-	46	39
	71.475.516	105.764.548	71.475.562	105.764.587

Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 está representado por **R\$ 19.932.108** (Dezenove milhões, novecentos e trinta e dois mil, cento e oito reais), composto de quotas-partes indivisíveis.

A movimentação de cooperados no decorrer do exercício de 2021 foi a seguinte:

Quantidade de cooperados			
31/12/2020	Admissões	Exclusões	31/12/2021
594	10	(12)	592

Estatutariamente e de acordo com a Lei Cooperativista nº 5.764/71, são previstas as seguintes destinações das sobras e constituições de reservas:

Fundo de reserva

Conforme disposto nos artigos 56 e 57 Estatuto Social, o fundo de reserva é constituído à razão de 10% (dez por cento) das sobras de cada exercício e destina-se a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Operadora venha a sofrer, sendo indivisível entre os associados, mesmo no caso de dissolução ou liquidação.

No exercício de 2021 foi utilizado o saldo do fundo de reserva no valor de **R\$ 7.852.494** (Sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais) para abatimento das perdas do exercício.

Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social (RATES)

Conforme disposto nos artigos 56 e 58 do Estatuto Social, a RATES é constituída à razão de 5% (cinco por cento) das sobras de cada exercício e destina-se a prestar amparo aos associados e seus familiares, bem como programar atividades de incremento técnico e educacional dos cooperados, sendo indivisível entre os associados.

No exercício de 2021 foi utilizado o saldo da RATES no montante de **R\$ 5.693.247** (Cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, duzentos e quarenta e sete reais). Para abatimento do resultado negativo no exercício.

Reserva de reavaliação

Reserva decorrente de reavaliação de terrenos que em 2021 apresentava o saldo de **R\$ 193.978** (Cento e noventa e três mil e novecentos e setenta e oito reais).

Fundo de assistência ao cooperado

Fundo constituído com o objetivo de garantir o rendimento aos cooperados eventualmente afastados temporariamente, com prazo máximo de 1 ano de suas atividades profissionais, conforme regulamentação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/03/2008. No exercício de 2021 houve utilização de **R\$ 408.284** (Quatrocentos e oito mil, duzentos e oitenta e quatro reais), perfazendo o saldo acumulado de **R\$ 1.312.120** (Um milhão, trezentos e doze mil, cento e vinte reais).

Fundo indivisível de constituição e manutenção da margem de solvência-FICOM

Idealizado e constituído em 2011, com vistas ao atingimento da margem de solvência, conforme determinação do CONAD – Conselho de Administração da Operadora e ratificado na Assembleia Geral Extraordinária-AGE, realizada em 27.11.2018, em 2021 apresentava o saldo de **R\$ 50.366.305** (Cinquenta milhões, trezentos e sessenta e seis mil, trezentos e cinco reais).

Fundo COVID-19

Idealizado e constituído em 2020, com vistas em garantir o resultado da Cooperativa diante do possível aumento da sinistralidade no ano de 2021, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 28/12/2020 sendo ratificado na Assembleia Geral Ordinária – AGO realizada em 22/03/2021, sendo composto ordinariamente pelo equivalente a 100% do montante apurado como sobras líquidas a distribuir, no valor de **R\$ 19.511.080** (Dezenove milhões, quinhentos e onze mil e oitenta reais).

Devido ao aumento da sinistralidade em 2021, o saldo total do Fundo Covid-19 foi utilizado para abatimentos das perdas do exercício.

NOTA 22 - CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

Correspondem às receitas oriundas de mensalidades e faturas de beneficiários de planos de assistência médico-hospitalar individuais e coletivos oferecidos pela Operadora, conforme demonstramos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Individual/Familiar	332.543.993	297.341.602	332.543.993	297.341.602
Coletivo por Adesão	78.547.902	62.760.258	78.547.902	62.760.258
Coletivo Empresarial	79.732.638	75.645.610	78.112.473	74.160.326
Corresponsabilidade Assumida	88.653.013	75.228.172	88.653.013	75.228.172
	579.477.546	510.975.642	577.857.381	509.490.358

NOTA 23 - EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS

Correspondem aos custos dos serviços de assistência médico-hospitalar prestados aos beneficiários da Operadora, conforme demonstramos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Individual/Familiar	311.016.916	236.638.425	260.144.634	202.646.229
Coletivo por Adesão	68.934.759	41.803.339	57.659.268	35.798.451
Coletivo Empresarial	78.162.711	56.849.782	65.377.826	48.683.530
Corresponsabilidade Assumida	91.090.426	70.873.936	76.190.986	60.693.169
	549.204.812	406.165.483	459.372.714	347.821.379

NOTA 24 - GARANTIAS FINANCEIRAS

Capital Base

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável “K”, obtido no anexo I da RN nº 451/2020, pelo capital base reajustado pelo IPCA em julho de cada ano. O Capital Social da Operadora excede do Capital Base exigido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Margem de Solvência

A margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido, podendo ser ajustada conforme art. 5º da RN 451/2020 da ANS. É uma reserva suplementar às provisões técnicas que a operadora deverá dispor, para suportar oscilações das suas operações advindas de perdas do ativo, mal dimensionamento das provisões técnicas e mudanças que afetem o setor, tais como o aumento da sinistralidade e a evasão de beneficiários.

A partir de 2023 as Operadoras deveram observar a necessidade de **Capital Regulatório (CR)**, conforme as regras contidas na RN 451/2020, devendo até dezembro de 2022 ser equivalente ao maior entre os seguintes valores:

I – Capital base; ou

II – Margem de solvência.

No caso da Unimed Sergipe, o maior valor a ser considerado como Capital Regulatório (CR) corresponde a Margem de Solvência, que em 31/12/2021 apresentava insuficiência conforme demonstramos:

	31/12/2021
Patrimônio líquido ajustado	68.264.592
Margem de solvência total (exigida em 2022)	131.046.111
Proporcionalidade da margem de solvência	75,00%
Margem de solvência parcial (2021)	98.284.583
(-) Ajuste despesas com programas aprovados	670.510
Margem de solvência exigida (2021)	97.614.073
Insuficiência margem de solvência	<u><u>(29.349.481)</u></u>

Ativos garantidores

Os ativos garantidores são bens imóveis, ações, títulos ou valores mobiliários de titularidade da Operadora, que lastreiam as provisões técnicas. Esses ativos representam a efetivação financeira real da garantia escritural refletida pelas provisões.

As regras referentes à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores estão dispostas na Resolução Normativa nº 392 de dezembro de 2015, alterada pela RN 419 de 26 de setembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2021 a Operadora apresentava suficiência de lastro e vínculo, conforme resumo demonstrado a seguir:

31/12/2021

Total de ativos garantidores	81.125.554
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	81.125.554
Vínculo de imóveis assistenciais	-
Necessidade de lastro	79.545.362
Verificação de suficiência de lastro	Suficiente
Necessidade de vínculo	34.126.904
Verificação de suficiência de vínculo	Suficiente

NOTA 25 - PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício de 2021, a Operadora tomou serviços de atendimento médico-hospitalares do São Marcos Hospitalar Ltda., no montante de R\$ 89.832.098 (oitenta e nove milhões, oitocentos e trinta e dois mil, noventa e oito reais), bem como prestou serviços de cobertura de planos de saúde de R\$ 1.620.165 (um milhão, seiscentos e vinte mil, cento e sessenta e cinco reais), efetuando as devidas contabilizações pertinentes as transações, de acordo com as normas do CFC – NBC TG 05 (R3) (CPC 05) – Divulgação sobre partes relacionadas.

Contas a receber	2020	Faturas emitidas	Valores recebidos	2021
Plano de Saúde	9.977	1.620.165	(1.625.610)	4.532
TOTAL	9.977	1.620.165	(1.625.610)	4.532

Contas a pagar	2020	Faturas emitidas	Valores pagos	2021
Produção Médica	5.186.086	89.832.098	(87.455.685)	7.562.499
TOTAL	5.186.086	89.832.098	(87.455.685)	7.562.499

Investimento	2020	Valores antecipados	Valor Integralizado	Equivalência Patrimonial	2021
Adto para Futuro Aumento de Capital	599.182	6.682.646	(2.344.420)	-	4.937.408
Integralização de Capital	29.745.307	-	2.344.420	(978.350)	31.111.377
Total	30.344.489	6.682.646	-	(978.350)	36.048.785

NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS

A administração da Operadora tem por política contratar seguros contra incêndios e riscos diversos com cobertura considerada suficiente, pelos assessores especialistas em seguros, para assegurar, em caso de sinistros, a reposição dos bens e a sua respectiva continuidade operacional.

NOTA 27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Avaliação de instrumentos financeiros

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, créditos de operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da Operadora e os passivos circulantes, principalmente provisão de eventos a liquidar e débitos de operações de assistência à saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão informados nas demonstrações financeiras, em razão do vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Fatores de risco

A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito

Risco do não recebimento de valores decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares ou da impossibilidade de resgate de aplicações e investimentos mantidos junto a instituições financeiras.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de sua carteira de recebíveis e dos índices de inadimplência, bem como mantém suas aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b) Risco de liquidez

Risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Operadora honre seus compromissos no prazo, em razão do descasamento entre o fluxo de pagamentos e o fluxo de recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de seu fluxo de caixa, avaliando a adequação dos prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, geralmente caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente curtos.

c) Risco de taxas de juros

Risco de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos significativos sobre os rendimentos dos recursos aplicados ou sobre a remuneração dos recursos captados no mercado financeiro.

Para minimizar possíveis impactos de oscilações em taxas de juros, a Operadora tem por prática realizar aplicações financeiras conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos de investimento) junto a bancos de primeira linha.

d) Risco operacional

Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de diversas causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Operadora, bem como a fatores externos decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A administração da operadora é responsável pelo contínuo desenvolvimento e implementação de controles para tratar e administrar riscos operacionais, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. São eles:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências; e
- padrões éticos e comerciais.

e) Risco da gestão da carteira de investimentos

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

NOTA 28 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

NOTA 29 - EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

Em conformidade ao Ofício Circular nº 01/2013/DIOPE/ANS de 01.11.2013 da Diretoria de Normas e Habilitação de Operadoras da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, apresentamos a seguir, as informações dos eventos indenizáveis dos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar na modalidade de preço preestabelecido (pré-pagamento):

	Consultas médicas	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede própria	9.012.346	16.630.833	9.949.613	38.241.756	23.084.274	1.215.289	98.134.111
Rede contratada	1.046.002	34.144.033	16.272.632	57.262.992	30.628.434	1.389.985	140.744.078
Reembolso	(14.694)	422.148	165.619	1.711.871	1.266.358	185.510	3.736.812
Intercâmbio eventual	154.839	39.016	171.869	1.482.315	298.123	16.290	2.162.452
	10.198.493	51.236.030	26.559.733	98.698.934	55.277.189	2.807.074	244.777.453
Corresp. Cedida	652.262	2.060.743	1.226.808	4.023.029	1.771.242	134.499	9.868.583

Carlos Alberto Barreto de Mendonça
R.G. nº 1449422 SSP/SE
Presidente

Benê Silvio de Paula Tomaz
CRC nº 1SP248225/0-0TSE
Contador